

A BARBÁRIE NEOLIBERAL E A ESCOLA: A FORMAÇÃO DE EMPREENDEDORES PARA UM MUNDO SEM DIREITOS E SEM EMPREGO¹

Tiago Fávero de Oliveira²

Resumo

O presente artigo desenvolve uma análise crítica acerca do tema da formação empreendedora que tem ganhado espaço nas discussões educacionais. O objetivo do estudo é refletir sobre a expansão do discurso empreendedor que chega à educação básica no intuito de formar trabalhadores precários e desqualificados, aptos para o descarte e o desemprego. Ancorado em autores que visam compreender o fenômeno a partir de suas contradições materiais, a pesquisa irá analisar categorias que se relacionam com o ideário neoliberal, a informalidade e a precarização que ajudam a compreender o discurso do empreendedorismo em sua totalidade. O trabalho conclui que o empreendedorismo é um novo ponto a ser considerado dentro da dinâmica da luta de classes, uma vez que aprofunda a alienação, intensifica o trabalho e oculta os mecanismos de exploração e desigualdade.

Palavra-chave: Empreendedorismo; Educação Empreendedora; Sujeito Neoliberal; Precarização. Informalidade.

LA BARBARIE NEOLIBERAL Y LA ESCUELA: LA FORMACIÓN DE EMPREENDEDORES PARA UN MUNDO SIN DERECHOS Y SIN EMPLEO

Resumen

Este artículo desarrolla un análisis crítico del tema de la formación emprendedora que ha ganado espacio en las discusiones educativas. El objetivo del estudio es reflexionar sobre la expansión del discurso empresarial que llega a la educación básica para formar trabajadores precarios y descalificados, susceptibles de ser descartados y desempleados. Anclada en autores que pretenden comprender el fenómeno desde sus contradicciones materiales, la investigación analizará categorías que se relacionan con las ideas neoliberales, la informalidad y la precariedad que ayuden a comprender el discurso del emprendimiento en su totalidad. El trabajo concluye que el emprendimiento es un nuevo punto a considerar dentro de la dinámica de la lucha de clases, ya que profundiza la alienación, intensifica el trabajo y oculta los mecanismos de explotación y desigualdad.

Palabras clave: Emprendimiento; Educación Empreendedora; Sujeto Neoliberal; Precariedad; Informalidad.

THE NEOLIBERAL BARBARIAN AND THE SCHOOL: THE TRAINING OF ENTREPRENEURS FOR A WORLD WITHOUT RIGHTS AND WITHOUT JOBS

Abstract

This article develops a critical analysis of the topic of entrepreneurial training that has gained ground in educational discussions. The objective of the study is to reflect on the expansion of the entrepreneurial discourse that reaches basic education in order to train precarious and disqualified workers, able to be discarded and unemployed. Anchored by authors who aim to understand the phenomenon from its material contradictions, the research will analyze categories that relate to neoliberal ideas, informality and precariousness that help to understand the discourse of entrepreneurship in its entirety. The work concludes that entrepreneurship is a new point to be considered within the dynamics of the class struggle, since it deepens alienation, intensifies work and hides the mechanisms of exploitation and inequality.

Keywords: Entrepreneurship; Entrepreneurial Education; Neoliberal subject; Precariousness; Informality.

¹Artigo recebido em 03/02/2023. Primeira avaliação em 23/02/2023. Segunda avaliação em 02/03/2023. Terceira avaliação:24/03/2023. Aprovado em 01/04/2023. Publicado em 13/04/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i44.57268>.

² Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ), Rio de Janeiro - Brasil. Professor do Instituto Federal do Sudeste em Minas Gerais – Campus Santos Dumont, Minas Gerais - Brasil. E-mail: tiago.oliveira@ifsudestemg.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3796451743136890>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5117-6274>.

Introdução

O modo de produção capitalista, no curso de seu desenvolvimento, produz crises a partir das quais novos processos e formas de produção vão surgindo. A crise atual ligada ao novo estágio de desenvolvimento do modo de produção, não é apenas uma simples crise financeira. De acordo com Mészáros (2013), em nosso tempo, a crise é estrutural. Neste sentido, cada vez mais o capital vai buscando caminhos para aprofundar a exploração no intuito de se adaptar às transformações do mundo e manter, sempre em níveis exponenciais, suas taxas de acumulação. Com a hegemonia do ideário neoliberal e ao lado do avanço tecnológico, as relações capitalistas são ampliadas. Em nome da flexibilidade, os contratos de trabalho são desregulamentados e a tecnologia é um importante fator para precarizar e aumentar ainda mais a exploração (HARVEY, 2014).

Todavia, não basta apenas criar meios para expandir a produção. Faz-se necessário, também, buscar novas formas para conformar a subjetividade do trabalho a essa nova organização, gerando consensos favoráveis às demandas do capital. É nessa direção que o discurso do empreendedorismo ganha cada vez mais espaço em nossos dias. Neste contexto, algumas questões iniciais são colocadas: como o neoliberalismo opera na formação de um novo tipo de indivíduo mais dócil e conformado à situação de instabilidade e precariedade dos tempos atuais? A partir de quais perspectivas é possível analisar o crescimento do fenômeno do discurso empreendedor? Quais são suas características? Como este discurso empreendedor – que antes era circunscrito e oriundo dos meios empresariais – chega à educação básica? Quais os impactos e consequências deste avanço?

Responder e refletir sobre essas questões é um passo significativo e necessário que justifica a realização deste estudo. Com a naturalização de processos de exploração e com o uso de uma linguagem que mascara e oculta cada vez mais a precarização e a informalidade, analisar a conjuntura atual de modo a entender e nomear os fenômenos a partir de suas características materiais é um caminho importante na identificação dos problemas visando sua superação. Neste sentido, a expansão e a aceitação do discurso empreendedor que naturaliza e consente com um tipo mais elevado de expropriação e exploração é um fator que precisa ser analisado.

Recorrendo a autores da tradição do materialismo histórico e dialético (assumido neste trabalho não só como fundamento teórico, mas também como aporte metodológico) o discurso sobre o empreendedorismo será pesquisado como um fator que exerce influência central no desenvolvimento e na reorganização das forças e do modo de produção nos dias atuais. Dessa forma, categorias como informalidade e precarização são analisadas, relacionadas e identificadas, permitindo uma compreensão concreta do fenômeno.

Assim, este artigo contará com três seções. Na primeira, será identificado o movimento de formação de subjetividades neoliberais e empresariais. Aqui será importante destacar as características deste novo sujeito e as críticas que são feitas ao Estado, visto como empecilho para o crescimento e a prosperidade. Na segunda seção, serão apresentados os fundamentos gerais da contrarreforma educacional, que ocorre no Brasil e se intensifica desde 2016, a partir da qual intenta-se formar indivíduos precários, fragmentados e alinhados às necessidades do capital. Este é um caminho que reforça a dualidade educacional e que atua na conformação de sujeitos desempregáveis e descartáveis, aptos para a informalidade. Na terceira e última seção, pretende-se focar o estudo no fenômeno do atual discurso acerca do empreendedorismo. Aqui, alguns argumentos que sustentam sua expansão e geram convencimento acerca de suas práticas serão desenvolvidos. Busca-se, também, apontar para algumas características do fenômeno na atualidade.

O objetivo central deste texto é sinalizar para a expansão do discurso empreendedor que chega até a educação básica com o intuito de formar trabalhadores aptos para a desqualificação e o desemprego. Ao fazer isso, tenta-se, por outro lado, revelar os riscos e ameaças que este crescimento traz na direção de identificar formas de resistência e superação do problema. No fim do artigo, será possível concluir que o empreendedorismo, cuja implementação atual está subordinada e interligada ao desemprego, à informalidade e a precarização, cria condições para o aprofundamento da alienação e da fetichização, uma vez que em um contexto em que cada trabalhador é autônomo e trabalha para si, as causas da intensificação, da desigualdade e da exploração tornam-se cada vez mais ocultas.

O neoliberalismo, a crise e a formação de um “novo” sujeito neoliberal

Entendido como uma resposta às duas grandes crises do século XX – a crise do Estado de Bem-Estar Social e a crise do socialismo real (NETTO, 2012) – o ideário neoliberal se torna cada vez mais hegemônico no Brasil, sobretudo a partir das políticas dos anos 1990. Anderson (1994) afirma que, no caso brasileiro, o trauma da hiperinflação serviu como estratégia para a aceitação da implementação de medidas neoliberais, justificando, assim, a adoção de contrarreformas, políticas de austeridade, ataques e perda de direitos. O argumento aqui é simples: ao apresentar o Estado como o grande responsável pela crise (por conta de seu tamanho, ineficiência, burocracia e ineficácia)³, o ideário neoliberal sinaliza para o mercado e para a iniciativa privada como os únicos caminhos possíveis para a superação dos problemas, dentro dos quais se destacam a ineficiência, a morosidade, a burocracia exagerada, entre outros. Dessa forma, aos poucos vai se forjando um consenso a partir do qual as medidas neoliberais passam a ser vistas como inevitáveis e necessárias.

É importante registrar que a crítica ao Estado não pretende conduzir a discussão ao retorno da ideia de estado mínimo nos moldes postulados pelo liberalismo clássico⁴. Muito pelo contrário: mira-se na formação de um Estado reduzido apenas para as políticas sociais, que se tornará forte e atuante junto às demandas relacionadas à acumulação do capital: “o que desejam e pretendem não é ‘reduzir a intervenção do Estado’, mas *encontrar as condições ótimas (hoje só possíveis com o estreitamento das instituições democráticas), para direcioná-las segundo seus particulares interesses de classe*” (NETTO, 2012, p. 88, itálicos do autor). Para isso, será necessária, além das várias medidas realizadas no plano econômico, uma forte atuação na pacificação e conformação dos indivíduos, fazendo-os dóceis e cordatos às políticas neoliberais.

Vale registrar que a ideia de crise – que é estrutural e funcional ao capital (MÉSZÁROS, 2009; MASCARO, 2013) – contribui para a criação de um consenso a partir do qual o Estado passa a ser visto de modo negativo. Dessa forma, o capital se aproveita da instabilidade gerada pelo contexto de crise para atuar no confisco de

³ Dentro do pensamento neoliberal, eficiência está relacionada ao processo, ao modo em que determinada tarefa será realizada. Já a eficiência, diz respeito ao produto, ao resultado que foi obtido. Assim, eficiente é aquilo que foi bem feito e eficaz é aquilo que atingiu o objetivo proposto.

⁴ Anderson (1995) e Harvey (2014) explicam, de modo aprofundado, a diferença entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo.

direitos, aprofundar a contradição com o trabalho, gerando alterações no Estado, diminuindo a proteção social realizada por políticas públicas. A partir daí, amplia-se a crença de que o Estado é um empecilho para o desenvolvimento (tanto coletivo quanto individual) e que soluções focadas no individualismo, no empresariamento, na flexibilização e na desregulamentação sejam defendidas e requeridas por uma parcela da população, inclusive por aqueles indivíduos mais vulneráveis e frágeis que, em tese, mais precisariam da intervenção estatal em políticas sociais.

É por meio deste consenso formado que o capital irá avançar sobre as relações de trabalho. Dessa forma, será possível identificar uma proliferação de iniciativas que passam pela informalidade e pela precarização que, em última análise, contribuem para a acumulação de capital, visto que: “o poder do capital cresce e se renova em momentos de crise capitalista, justamente pela fraqueza geral e sistemática dos demais agentes sociais e, também, pelo caráter quase sempre reativo ou meramente reformista das instituições políticas” (MASCARO, 2013, p. 127). Tais iniciativas, por mais perversas e prejudiciais que possam ser para a classe trabalhadora, encontram nela alguns defensores, que insistem que o Estado é o responsável pela crise e que medidas de desregulamentação serão benéficas, uma vez que qualquer ação de proteção social passa a ser vista como mecanismo para defender pessoas que não querem trabalhar ou se esforçar para melhorar de vida. Esse discurso está relacionado com a difusão do conceito de meritocracia, que alimenta e amplia a desigualdade (CAVALCANTI, 2021).

Ao observar o modo de produção capitalista, Marx percebeu que sua análise não poderia considerar apenas os aspectos da infraestrutura e dos recursos materiais que participavam de sua construção. Isso porque, um modo de produção não é visto apenas a partir da base tecnológica. Para o materialismo histórico e dialético, um modo de produção é composto por forças materiais (naturais e instrumentais) da produção, um sistema de relações sociais e um sistema de padrões de comportamento. Neste caso, em seus estudos sobre o capitalismo, o pensador alemão considerou as mediações que existiam entre a produção propriamente dita e as relações dela com a formação de uma cultura, uma subjetividade ligada às relações sociais e a uma padronização do comportamento humano compatível com o modo de produção vigente. Neste caso, o ser social determina a consciência, mostrando a complementariedade e a unidade sintética entre estrutura e superestrutura:

na produção da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário: é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

Ampliando esta análise, verifica-se que o capital começa a operar para a formação de subjetividades compatíveis com suas demandas, particularmente, formando indivíduos que não só aceitam de forma pacífica e acrítica a expansão de suas pautas, como também assumem uma postura de naturalização dos dilemas sociais (NETTO; BRAZ, 2012), gerando a expansão de um consenso acerca das trágicas e graves consequências da política neoliberal: “como é que, apesar das consequências catastróficas a que nos conduziram as políticas neoliberais, essas políticas são cada vez mais ativas, a ponto de afundar os Estados e as sociedades em crises políticas e retrocessos cada vez mais graves?”(DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15)⁵. Neste movimento, tais dilemas e contradições serão não só aceitos, como também será difundida a ideia de que o neoliberalismo é o único caminho capaz de conduzir a uma saída da crise, expandindo a possibilidade de implementação de suas pautas, dentro de um cenário de hegemonia.

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (ANDERSON, 1995, p. 12).

⁵ Ainda que a obra de Dardot e Laval (2016) parta de uma tradição teórica diferente do materialismo histórico e dialético, o uso dela, nesta pesquisa, não representa um ecletismo. Acredita-se, neste caso, que ambos referenciais, apesar de serem diferentes, não são excludentes. Ao contrário: entende-se que eles constroem críticas ao neoliberalismo que podem ser complementares, uma vez que analisam o fenômeno de forma crítica a partir da relação entre estrutura e superestrutura desenvolvida por Marx (2008).

A partir disso, é possível entender a afirmação de Dardot e Laval, para quem “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7). Esta é uma compreensão dentro da qual os indivíduos são formados e criados, socialmente, para a venda da sua força de trabalho na perspectiva da exploração, uma vez que isso é necessário para o bom funcionamento do Estado e para a prosperidade do indivíduo. Prevalece a visão do neoliberalismo como cultura: “o neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16, *italico dos autores*). Além de poder ser associado a uma cultura, o neoliberalismo também pode ser entendido como uma racionalidade que opera para a criação de um novo imaginário social, no qual são definidas regras de condutas e valores compatível com as demandas do mercado.

Uma nova racionalidade produz tanto um novo imaginário, um novo conjunto de imagens produzidas a partir do universo simbólico, quanto uma nova normatividade (...). Uma nova racionalidade produz também novo *habitus*, um sistema de disposições duráveis que produzem ações e modificam a sociedade e o indivíduo. Com a emergência de uma nova racionalidade, há uma progressiva alteração na forma como indivíduos e atores políticos percebem o mundo-da-vida e a ele reagem (CASARA, 2021, p. 59).

Dardot e Laval (2016) reconhecem este indivíduo formado a partir dos preceitos neoliberais como um sujeito neoliberal, um neosujeito ou um indivíduo-empresa. Para eles, este é um indivíduo cuja subjetividade foi direcionada para relações de mercado, com foco no individualismo e na produção, com qualidade, competitividade e eficiência. Segundo os autores, o objetivo é “fabricar homens úteis, dóceis ao trabalho, dispostos ao consumo, fabricar o *homem eficaz*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 237, *italico dos autores*). Já para Wendy Brown (2019) este sujeito neoliberal pode ser visto a partir da reconfiguração do *homo economicus* defendido pelo liberalismo clássico que passa a assumir uma humanidade competitiva, característica das relações de mercado. Intenta-se formar um sujeito “livre, estúpido, manipulável, consumido por estímulos e gratificações triviais” (BROWN, 2019, p. 204). Neste sentido, o que se verifica é o crescimento da

tendência a transformar o trabalhador em uma simples mercadoria. A corrosão progressiva dos direitos ligados ao status do trabalhador, a insegurança instilada pouco a pouco em todos os assalariados pelas “novas formas de emprego” precárias, provisórias e temporárias, as facilidades cada vez maiores para demitir e a diminuição do poder de compra até o empobrecimento de frações inteiras das classes populares são elementos que produziram um aumento considerável do grau de dependência dos trabalhadores com relação aos empregadores (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329).

Merece destaque a observação de uma contradição que envolve a noção de liberdade dentro do ideário neoliberal. David Harvey pontua que o neoliberalismo difunde uma teoria que, em síntese, entende que “o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (HARVEY, 2014, p. 12). Todavia, essa liberdade defendida pelo neoliberalismo, não é uma liberdade que conduz à emancipação. Muito pelo contrário: de acordo com as ideias de Hayek (1983) a liberdade neoliberal deve ser considerada como liberdade econômica que garante a possibilidade de competir no mercado. No plano individual, o que prevalece é a liberdade de vender sua força de trabalho. Não é, portanto, uma liberdade relacionada a ter os bens necessários para uma vida digna, mas sim, em poder ser explorado de acordo com a lógica vigente⁶.

Sobre a liberdade, Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* afirmam que ela só se realiza de forma comunitária, visto que “é somente na comunidade [com outros que cada] indivíduo tem os meios de desenvolver suas faculdades em todos os sentidos; somente na comunidade, portanto, a liberdade pessoal torna-se possível” (2007, p. 64). Dessa forma, a verificada redução da liberdade coletiva à liberdade econômica individual na sociedade capitalista pode ser interpretada como uma estratégia do capital que estimula a livre concorrência mediante um processo alienante, haja vista que, no contexto da livre concorrência, quem está livre é o capital e não o indivíduo (MARX, 2011). Assim, reafirma-se a ideia de que no modo de produção capitalista, prevalece a liberdade do indivíduo vender sua força de trabalho dentro das regras estipuladas pelo mercado, num processo que oculta a exploração ao considerar que capitalistas e trabalhadores negociam, ambos, de forma livre e igual (MARX, 2017).

⁶ Destaca-se, aqui, a referência ao trabalho enquanto síntese da contradição entre liberdade e necessidade (MARX, 2017b).

O capitalismo é constituído pela exploração de classe, mas é mais que um mero sistema de opressão de classe. É um processo totalizador e cruel que dá forma à nossa vida em todos os aspectos imagináveis, e em toda a parte, não apenas na relativa opulência do Norte capitalista. Entre outras coisas, mesmo sem considerar o poder direto banido pela riqueza capitalista tanto na economia quanto na esfera política, ele submete toda a vida social às exigências abstratas do mercado, por meio da mercantilização da vida em todos os seus aspectos, determinando a alocação de trabalho, lazer, recursos, padrões de produção, de consumo, e a organização do tempo. E assim se tornam ridículas todas as nossas aspirações à autonomia, à liberdade de escolha e ao autogoverno democrático (WOOD, 2011, p. 224).

É por conta disso que Cavalcanti (2021) destaca que no neoliberalismo a ideia de liberdade é uma farsa, uma promessa não cumprida, já que, ao se defender a liberdade no plano teórico, o que se observa, na prática, é o oposto dela: uma liberdade que gera dependência. O homem livre, dentro da sociedade neoliberal, é aquele que não tem nada além de si mesmo, que se encontra lançado à sua solidão dentro de uma dinâmica perversa de individualismo e de intensa competição. É um indivíduo que não tem a que se agarrar e que precisará, a todo momento, lutar contra a realidade da exclusão e a possibilidade de descarte, já que “também é necessário ao *bom funcionamento do liberalismo* restringir a liberdade dos indesejáveis no mercado” (CASARA, 2021, p. 83, itálicos do autor).

A contrarreforma educacional e a formação de sujeitos precários e desempregáveis

Como já destacado, o neoliberalismo deve ser entendido de modo amplo, como uma racionalidade que extrapola o campo econômico. Gaudêncio Frigotto entende este fenômeno como uma alternativa teórica, econômica, ideológica, ético-política e educativa à crise do capitalismo deste final de século” (FRIGOTTO, 1999, p. 79). Dessa forma, o ideário neoliberal atingirá a educação, prescrevendo meios para a formação dos indivíduos de modo a atender às necessidades ligadas à acumulação capitalista: “o ponto nodal é o de formar ‘bons trabalhadores’, isto é, trabalhadores fabricados para submeter-se mais facilmente às relações de trabalho estabelecidas. Homens fabricados para aceitarem a desqualificação dada pela crescente divisão do

trabalho” (FRIGOTTO, 1983, p. 42). Em outras palavras, a consequência disso será a formação de indivíduos desempregáveis⁷.

Há de se notar que a importância conferida à educação pelos contrarreformadores neoliberais não se dará na linha da emancipação, da autonomia e da garantia de uma formação humana que rompa com o contexto de subalternidade e exploração. Ao contrário: o que se intenta é impor um movimento regressivo dentro do qual o indivíduo será reduzido à recurso humano, sendo considerado apenas como um fator de produção que pode ser moldado e descartado de acordo com as necessidades do sistema. É neste sentido que Frigotto (2011) identifica o rejuvenescimento da Teoria do Capital Humano no atual contexto. De acordo com ele, nas políticas educacionais recentes, é possível observar o predomínio de conceitos ligados à sociedade do conhecimento, ao cognitariado⁸, a busca de qualidade total, entre outros. Tais conceitos sinalizam para a procura obstinada pela produtividade (produzir cada vez mais, em cada vez menos tempo gastando o mínimo possível), a precarização do trabalho e o ataque aos direitos. Note-se, aqui, a difusão do conceito de empregabilidade, cujo entendimento deposita sobre o indivíduo toda responsabilidade por se adequar ou não ao mercado de trabalho, reforçando, assim, o discurso do individualismo, da meritocracia e da competitividade na tarefa para se tornar um sujeito empregável num contexto em que empregos são cada vez mais escassos⁹.

Ao lado do rejuvenescimento da Teoria do Capital Humano, o movimento em análise também permite perceber a ocorrência da atualização da Pedagogia das Competências (RAMOS, 2003; MAGALHÃES, 2021). Fortemente presente nas políticas educacionais da década de 1990, esta corrente – que nunca esteve ausente

⁷ O sujeito desempregável não é o sujeito livre do fardo do trabalho, emancipado, mas sim, o sujeito cuja existência é precarizada. É o indivíduo que, por força da sobrevivência, precisa vender sua força de trabalho a partir de condições cada vez mais desfavoráveis, sem nenhum tipo de segurança ou relação formal.

⁸ A partir de Frigotto (2017) é possível inferir que o cognitariado é a parcela do proletariado cuja venda da força de trabalho se dá na perspectiva não só do trabalho manual e repetitivo, mas também do trabalho intelectual e criativo. Este conceito ressalta o crescimento da demanda por educação, reforçando a ideia do indivíduo como Capital Humano que deve ser formado. Tal mudança não ocorre, como já dito, na perspectiva da emancipação, mas sim do aumento da produtividade.

⁹ A noção de empregabilidade, central neste artigo, deve ser compreendida como uma tentativa do capital depositar, sobre o indivíduo, a responsabilidade por desenvolver competências e habilidades que o torne empregável. É um discurso que exclui as causas sociais do desemprego, mascara a desigualdade e amplia, ainda mais, as responsabilidades e atribuições do sujeito. Tal discurso, hoje, está diretamente relacionado ao discurso do empreendedorismo.

das discussões educacionais no país – reassume a centralidade nos discursos, conduzindo novamente o debate para a redução da educação a processos pragmáticos e fragmentados, com vistas a gerar adaptação dos trabalhadores ao trabalho intenso, precário e marcado pela superexploração. É neste sentido que Frigotto (1983) identifica este fenômeno a uma pedagogia da submissão, construída a partir de uma organização educacional cujo processo de ensino e aprendizagem se dá mediante conhecimentos rápidos, superficiais e práticos, com o objetivo de produzir um trabalhador conformado, dócil, disciplinado, obediente e resignado. Refletindo sobre a Pedagogia das Competências, Ramos (2003) pontua que, a partir dela, a educação passa a ser entendida através da sua função de adequação psicológica dos trabalhadores às relações sociais de produção, resultando num processo de psicologização das questões sociais dentro de princípios educacionais centrados em dimensões pragmáticas do modo de produção capitalista.

A atualização da Pedagogia das Competências traz, recentemente, o foco no desenvolvimento de competências socioemocionais, dentro do qual é apresentada uma lista de competências relacionadas à formação de um trabalhador dócil, adaptado à contingência, tolerante à informalidade e à precarização e fortemente motivado e disposto ao trabalho intenso e à exploração (MAGALHÃES, 2021). Não se busca desenvolver, junto ao trabalhador, sentimentos ligados à indignação à desigualdade, intolerância com a injustiça e resistência à exploração. As competências desejáveis aqui são aquelas que, mediante a difusão da culpa, fazem com que o trabalhador entenda que suas dificuldades são resultado de sua pouca habilidade para o trabalho e que serão resolvidas apenas pelo seu esforço e dedicação para se tornar empregável. Note-se que tal raciocínio traz a marca da perversidade, pois, ao excluir as causas sociais do desemprego e da pobreza, criam argumentos para justificar estes fenômenos relacionando-os com o indivíduo, que será sempre visto como insuficiente, pouco esforçado, sem competência e com pouca disciplina e envolvimento. Há, aqui, um processo de formação de subjetividades competitivas que acabarão se tornando frustradas. Este movimento é funcional ao neoliberalismo, uma vez que amplia a necessidade da competitividade, da produtividade e do aumento da intensificação e superexploração do trabalhador.

Na prática, é possível inferir que o discurso das competências está diretamente ligado a um recorte classista, comprometido com o dualismo educacional. Tal

afirmação se sustenta pois o reaparecimento das competências (com ênfase nas competências socioemocionais) será direcionado, prioritariamente, para a educação da classe trabalhadora. É um processo em que conteúdos e processos cognitivos são esvaziados, no intuito de ocultar e dificultar, dos membros desta classe, o acesso ao conhecimento que historicamente foi produzido por eles mesmos. Comportamentos, sentimentos e reações assumirão o lugar de conteúdos, confirmando a afirmação de Frigotto (1999), para quem “o ideário neoliberal (...) está impondo uma atomização e fragmentação dos sistema educacional e do processo de conhecimento escolar” (FRIGOTTO, 1999, p. 79).

Apesar de defender, teoricamente, a necessidade de um perfil profissional polivalente e flexível, na prática, a Pedagogia das Competências se manifesta através da prescrição e a indicação de um perfil rígido e estável no desempenho de uma atividade profissional (MAGALHÃES, 2021). Este mecanismo de formação profissional e conformação e pacificação social opera em harmonia com outros conceitos, como o de meritocracia, a competitividade, o individualismo, o empreendedorismo que, em última análise, sinalizam para a responsabilização do indivíduo. De forma geral, o que se vê é o desenvolvimento de um projeto educacional cujo objetivo central é:

prover o mínimo de educação necessário para que a massa dos trabalhadores se adeque às condições instáveis e flexíveis do mercado, especialmente pela difusão da cultura do empreendedorismo (que envolve o reforço de atitudes consideradas pelo senso comum como positivas). Na mesma medida, aumenta-se o controle sobre os conteúdos e métodos da educação escolar, que são rigidamente monitorados pelas avaliações em larga escala. Estas, por sua vez, consolidam a cultura da competição, fazendo com que mecanismos de bonificação e punição permeiem o ambiente escolar (ACCIOLY; LAMOSA, 2021, p. 716).

É neste sentido que a preocupação em desenvolver uma formação focada na capacidade de empreender ganha espaço no cenário atual. Para destacar o modo como conceitos e práticas ligadas ao empreendedorismo estão presentes no contexto educacional, serão destacados dois textos atuais de referência para as escolas. O primeiro deles é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que reformula os currículos das escolas de educação básica no Brasil, cujo início se deu em 2015 e sua homologação aconteceu em 2018. Muito se poderia falar sobre o documento e o percurso de sua produção, todavia, para manter o foco do objeto deste

trabalho, destaca-se, apenas que, para o documento da BNCC, o empreendedorismo é um dos pontos estruturantes de uma escola capaz de acolher as juventudes a partir de suas demandas atuais.

Para tanto, a escola que acolhe as juventudes precisa se estruturar de modo a: [...]

- proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade.

- prever o suporte aos jovens para que reconheçam suas potencialidades e vocações, identifiquem perspectivas e possibilidades, construam aspirações e metas de formação e inserção profissional presentes e/ou futuras, e desenvolvam uma postura empreendedora, ética e responsável para transitar no mundo do trabalho e na sociedade em geral (BRASIL, 2017, p. 466).

A partir do fragmento citado, é possível perceber que o conceito de empreendedorismo se apresenta associado à ideia de inovação e da resolução de problemas através do desenvolvimento de tecnologias. É uma compreensão instrumental do empreendedorismo, que está intimamente relacionado à noção de modernização e inovação. Tal ligação é importante para a geração de consensos acerca da implementação da contrarreforma em curso, minando caminhos de resistência e oposição a este movimento. O empreendedorismo é, assim, apresentado como uma solução viável e exequível para uma série de problemas que compõem o momento de crise.

A utilização do argumento da modernização precisa ser entendida a partir da perspectiva da modernização conservadora. Isso quer dizer que ela deve ser vista como “uma evolução histórica em que o ‘setor velho’ da economia não se transformou e nem se destruiu para gerar o ‘setor novo’” (FERNANDES, 1975, p. 80). Neste mesmo sentido, vale recorrer ao raciocínio de Laval, para quem a modernização atua como um mecanismo para a produção de consensos fortes, contra os quais fica mais difícil traçar uma resistência.

A noção de “modernização” – vaga, mas de boa receptividade – é o fio condutor de uma retórica de combate diante da qual o espírito crítico parece capitular. Sejam quais forem a natureza e o teor da “reforma” ou da “inovação”, basta dizer que haverá “modernização” da escola para que, na cabeça de muitos, ela seja sinônimo de progresso,

democracia, adaptação à vida contemporânea etc. Desse modo, aqueles que se opõem a ela por alguma razão são violentamente estigmatizados pelos modernizadores. E não é muito difícil mobilizar a opinião pública, os pais, os “jovens”, enfim, todos os que acreditam que é preciso ser “absolutamente moderno” para estar do lado do progresso e da democracia e, assim, apoiar as mudanças. (LAVAL, 2004, p. 189 – 190).

O segundo documento que faz menção à necessidade de formar uma atitude empreendedora na educação básica é o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2018), publicado em 2018. Importante ressaltar que este texto já foi produzido na esteira das mudanças trazidas pela Contrarreforma do Ensino Médio implementada durante o governo de Michel Temer, gerando estreitamento e fragmentação curricular, dificultando, ainda mais, o acesso dos estudantes ao conhecimento historicamente produzido. Pelo texto das DCN, o empreendedorismo é apresentado no artigo 12, como um dos eixos estruturantes para os itinerários formativos que compõem o currículo do Ensino Médio. Pelo texto, há uma crença na capacidade articuladora do empreendedorismo em mobilizar conhecimentos de áreas diferentes na produção de mercadorias e soluções marcadas pela inovação e pelo desenvolvimento da tecnologia: “ IV – empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias” (CNE/CEB, 2018, p. 7).

O destaque dado ao empreendedorismo neste dois textos de referência para a contrarreforma educacional em curso (a BNCC e as DCN do Ensino Médio) mostra a centralidade e a relevância deste tema para as discussões acerca da educação em nossos dias. Fica evidenciado, assim, o avanço desta categoria para a educação básica e, conseqüentemente, para as políticas de formação de professores, para a proposição de projetos e programas, para a elaboração de material didático, entre outras. Este movimento pode indicar uma conformação curricular à lógica empreendedora, no sentido de que a educação assuma, cada vez mais, a missão de naturalizar esta prática e formar indivíduos que, na ausência de empregos formais, estarão preparados e conformados com a necessidade de empreender como meio de sobrevivência.

Perspectivas e limites da formação de empreendedores numa visão crítica

Após apontar o modo de operação mais amplo do ideário neoliberal e identificar caminhos de sua atuação junto ao contexto educacional, será importante refletir sobre o empreendedorismo propriamente dito, a partir de suas contradições e mediações. Num primeiro momento, é possível perceber o deslocamento da formação empreendedora (que antes se dava apenas em nível superior) para a educação básica, passando a fazer parte do currículo do ensino fundamental e médio. Ferraz e Ferraz (2021) destacam que, no caso brasileiro, a porta de entrada para o ensino de empreendedorismo se deu no nível superior, mais especificamente nos cursos de administração de empresas. Foi diagnosticado o crescimento de projetos de pesquisa e extensão em diversas universidades e faculdades de caráter empreendedor. Além disso, muitas agências, escritórios e polos de inovação e empreendedorismo começaram a naturalizar alguns conceitos da área de modo que a temática começou a ficar cada vez mais próxima da realidade das pessoas. A partir daí, com a popularização do debate, o assunto começou a ser visto como um conteúdo cuja importância é tão reconhecida que sua permanência na educação básica passa a ser defendida como uma necessidade.

No segundo momento, no qual é possível constatar alguns movimentos e modificações que marcam o discurso acerca do empreendedorismo, já é possível analisar como este fenômeno pedagógico e escolar é proposto nos documentos da contrarreforma educacional brasileira. Ancorado nas leituras de Frigotto (1983; 1999; 2011) sobre a Teoria do Capital Humano, percebe-se, como já foi dito, que esta teoria, gestada nos anos 1960, é reconfigurada e recontextualizada atualmente. Tal movimento de recontextualização e atualização acontece a partir da ótica empreendedora. É como se todo discurso acerca da empregabilidade passasse a se desenvolver a partir da lógica do empreendedorismo.

Neste ponto, vale questionar que empreendedorismo é esse que assume o lugar do discurso da empregabilidade? Dardot e Laval (2016) indicam que o empreendedor, na atualidade, é o sujeito que explora a si mesmo. Este fenômeno se assenta sobre uma mal compreendida ideia de liberdade, a partir da qual o sujeito se torna seu próprio patrão. Ainda sobre este ponto, Catini (2020) relaciona o empreendedorismo a uma política de conformação e pacificação social que é acompanhada pela precarização e informalização do trabalho. Dessa forma, os

indivíduos que são candidatos a empreendedores naturalizam a ideia de que o sacrifício no trabalho em excesso são caminhos e realidades inevitáveis para se auferir o mérito e a prosperidade.

A formação de empreendedores neste contexto neoliberal passa pelo desenvolvimento, junto a estes indivíduos, da ideia de que a ocupação de empregos precários e sem direitos trabalhistas é algo natural. Somado a isso, é divulgada uma ideia que nega a relação trabalhista formal mediante uma mudança na linguagem. Sobre isso, Cavalcanti (2021) pontua que não há mais trabalhadores ou funcionários: todos são colaboradores ou parceiros que fazem parte de uma empresa que deve ser vista como uma família, dentro da qual, os membros devem vestir a camisa e dar o sangue para que a prosperidade se torne real. É importante reforçar que este movimento faz com que a relação trabalhista deixe de ser vista como uma relação de obrigações recíprocas entre patrão e empregado através de um contrato formal de trabalho. Esta situação contribui com o movimento de empresariamento do indivíduo, no qual direitos são perdidos e a instabilidade é a regra. Além disso, desenvolve-se a falsa ideia de que os interesses da empresa e dos empresários são os mesmos interesses dos trabalhadores, pacificando ainda mais essa relação.

Essa compreensão do “empreendedor como mescla de ‘burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo” (ANTUNES, 2018, p. 34) reforça a funcionalidade que este discurso ocupa para o processo de acumulação do capital. Neste sentido, faz-se mister observar que, dentro do jogo empreendedor, todos os riscos e investimentos ficam a cargo do indivíduo que, em caso de sucesso, dividirá os lucros e recursos advindos do empreendimento com o capital. Caso o sucesso não se concretize, todos os prejuízos recairão apenas sobre o indivíduo¹⁰. Além disso, não há como negar que o discurso empreendedor, alinhado com a noção de meritocracia, individualismo e necessidade de esforço e disciplina para se alcançar o sucesso também contribui para o aprofundamento da exploração e a intensificação do trabalho que se tornam mais viáveis, sobretudo, a partir do avanço dos recursos de tecnologia que operam e contribuem com a ampliação do tempo e do ritmo de trabalho. Tal como já observado por Marx, uma das estratégias do capital para ampliar a acumulação capitalista passa

¹⁰ É importante registrar que a maioria das empresas criadas no Brasil não sobrevive após cinco anos de fundação. Informação disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/menos-de-40-das-empresas-nascidas-no-brasil-sobrevivem-apos-cinco-anos.shtml>>. Acesso em 30 de janeiro de 2023.

pela expansão da jornada de trabalho de modo que ela esteja presente em todos os momentos da vida do trabalhador.

Se, portanto, o emprego capitalista da maquinaria cria, por um lado, novos e poderosos motivos para o prolongamento desmedido da jornada de trabalho, revolucionando tanto o modo de trabalho como o caráter do corpo social do trabalho e, assim, quebrando a resistência a essa tendência, ela produz, por outro lado, em parte mediante o recrutamento para o capital de camadas da classe trabalhadora que antes lhe eram inacessíveis, em parte, liberando os trabalhadores substituídos pela máquina, uma população operária redundante, obrigada a aceitar a lei ditada pelo capital. Daí este notável fenômeno na história da indústria moderna, a saber, de que a máquina joga por terra todas as barreiras mortais e naturais da jornada econômica. **Daí o paradoxo econômico de que o meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho se converte no meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital** (MARX, 2017a, p. 480, negritos meus).

Ressalta-se que o discurso sobre o empreendedorismo, dentro deste movimento atual, fica mais ligado às necessidades de reprodução do capital – justificando, inclusive suas crises e tensões – do que algo comprometido com as demandas da classe trabalhadora: “o empreendedorismo atua contra a classe trabalhadora e a favor da classe capitalista” (FERRAZ, 2021, p. 79). Neste ponto, o empreendedorismo que é implementado como caminho para superar o Estado de Bem-Estar Social, rentabiliza o desemprego estrutural a favor dos interesses do capital a partir da precarização e da informalidade (FERRAZ, 2021). É uma estratégia que vende a crise do capital como uma oportunidade de negócio em que o desemprego, a precarização e a informalidade funcionam como realidades que justificam e fundamentam a prática empreendedora como uma realidade necessária.

Chega-se a defender que o empreendedorismo seria o caminho para que as pessoas que não puderam seguir carreiras tradicionais e/ou que não possuem relações com as elites locais possam ser inseridas e mesmo ascender socialmente. (...) O empreendedorismo social seria uma “oportunidade” para o exército de reserva e para o imenso contingente de trabalhadores cada vez mais pauperizados. (FERRAZ, 2021, p. 109).

Em outras palavras: a oportunidade para o capital é vendida como se fosse uma oportunidade para o trabalhador; o que interessa ao capital é apresentado como se fosse interessante ao trabalhador. Neste caso, não há oportunidade, mas sim necessidade, tanto do trabalhador desempregado e informal de buscar caminhos para

sua sobrevivência (ainda que precária), quanto para o capital: “Não se trata, portanto, de oportunidades que precisam ser descobertas: tratam-se, antes, de necessidades do ciclo reprodutivo do capital que demanda determinados tipos de produto cuja forma de consumo está pressuposta desde sua concepção” (FERRAZ, 2021, p. 137). Neste sentido, a saída empreendedora é vista como meio para a criação de consumidores, para a venda de mercadorias, para a concessão de financiamentos e para uma série de outras ações que, em última instância, contribuem para a expansão da extração de mais-valor.

O empreendedorismo – visto como uma “armadilha indecorosa do capital para a classe trabalhadora” (FERRAZ, 2021, p. 138) no contexto de oferecer uma saída para a crise econômica – se desloca da classe dominante para a classe dominada, tornando-se um discurso funcional à dinâmica da luta de classes. É importante notar que este deslocamento de classe do espírito empreendedor é acompanhado por um rebaixamento do fenômeno que se universaliza, uma vez que, se antes, os poucos empreendedores eram membros da classe dominante que observavam uma oportunidade lucrativa de negócio e agora, na maioria dos casos, quem empreende são trabalhadores precários, forçados a fazê-lo como imperativo de sobrevivência.

a ideia de um espírito empreendedor, que, durante os primeiros séculos do capitalismo, esteve vinculada aos indivíduos da classe capitalista, mudou de lado sendo exortada como se fosse possível para os trabalhadores. Obviamente que a explicação dos ideólogos do capital é outra; segundo eles, não há mais patrões e empregados, todos podem ser capitalistas, não há mais contradições. Sobretudo, não haveria luta de classes, pois todos desejariam a mesma coisa: mobilidade social, prestígio no mercado, menos Estado e mais liberdade (FERRAZ, 2021, p. 270).

Aproveitando essa oportunidade, o discurso neoliberal busca ocultar os limites e tensões ligadas à realidade do empreendedorismo no terreno da luta de classes. Para isso, o ideário neoliberal estimula a prática empreendedora através de argumentos sutis que vão desde a busca de uma linguagem mais amena, que disfarce a realidade de exploração (tal como o já citado exemplo do uso de colaborador/parceiro ao invés de funcionário/trabalhador) até a veiculação de testemunhos fundados em relatos heroicos que destacam a coragem de quem investiu tudo e se lançou sem medo numa aventura empreendedora, usando todas as forças na concretização de um sonho. Laval (2004) enfatiza que essa estratégia representa

um “novo estilo de dominação fundamentado no ‘arrebatamento’ e no ‘*coaching*” (LAVAL, 2004, p. 265).

Essa coragem empreendedora, que mescla um discurso irracional e passional, opera de forma direta no sonho de quem deseja ter uma melhor condição de vida. Histórias de sucesso de indivíduos comuns que tinham um sonho e se sacrificaram, trabalharam de forma exaustiva e conseguiram atravessar dificuldades e riscos são apresentados como se fossem a regra e não a exceção. Prevalece, neste caso, um mecanismo de captura de subjetividades e aprisionamento de desejos que são mobilizados para atender aos interesses do capital. Na prática o que se vê é que esse tipo de discurso não consegue entregar o que promete. Dessa forma, estes relatos acabam se tornando apenas um mecanismo de romantizar a exploração e a intensificação do trabalho, uma vez que a grande maioria dos empreendedores não conseguem, sequer, fazer dos seus respectivos empreendimentos, uma alternativa ao desemprego.

a ideia de autonomia disseminada pelo pensamento dominante trata da pequena produção ou dos pequenos negócios numa perspectiva que conduz à crença de que todos podem ser capitalistas, quando, na realidade, as atividades denominadas autônomas não conseguem ser nem ao menos uma alternativa ao desemprego (ALVES; TAVARES, 2006, p. 441).

Além do movimento terminológico e conceitual, também contribui para a transformação do trabalhador em empreendedor a busca da liberdade e autonomia. É muito comum observar que vários empreendedores justificam seu ingresso neste universo a partir da justificativa deste ser um modelo em que não se tem patrão. Tal argumento é atrativo, uma vez que a princípio, o empreendedor acredita que todo o esforço do seu trabalho será direcionado exclusivamente para ele, uma vez que não terá que dividi-lo ou entregá-lo a um patrão. Para Cavalcanti (2021), “a ideia de autonomia é uma ideologia na medida em que reforça as relações de poder dominantes nas sociedades contemporâneas” (CAVALCANTI, 2021, p. 170).

Outra manobra também é frequentemente assumida pelo capital na difusão de práticas que lhe interessem: o empreendedorismo social. Aqui, o que ocorre é uma tentativa de, através de projetos de empreendedores, integrar e inserir os excluídos do sistema sem questionar as causas que geram a exclusão. É como se os indivíduos excluídos e marginalizados fossem duplamente explorados pelo capital: tanto na transformação da exclusão em negócio como na adoção de um verniz humanitário e

responsável para justificar ações que reproduzem e ampliam a exploração e a desigualdade (FERRAZ; FERRAZ, 2022). Em práticas dessa natureza, vale ressaltar, que o empreendedor social individual não precisa acumular ou ganhar muito dinheiro, pois seu trabalho já está justificado pelo impacto social que produz.

Por fim, em todos os casos aqui descritos, o que prevalece é a constatação de que todos os argumentos e práticas relacionados ao aprofundamento da prática empreendedora são utilizados tendo como fim o aumento da produção capitalista. Como já mostrado, o discurso acerca da disciplina, do esforço, da necessidade de trabalhar de forma árdua e produtiva interessa apenas ao capital, que terá cada vez mais condições de ampliar suas taxas de acumulação. A alienação do empreendedor que renuncia direitos, contratos formais e qualquer tipo de assistência estatal também abre espaço para que o fundo público esteja livre para as relações de mercado, os interesses empresariais e a acumulação do capital.

Considerações finais

Do que foi exposto até aqui, é possível recapitular alguns pontos que convergem e contribuem para a consolidação e o aprofundamento da difusão do discurso do empreendedorismo. Em primeiro lugar, é preciso resgatar o fato de que a expansão do discurso empreendedor tem se sustentado em dois movimentos: num discurso que defende a diminuição da intervenção estatal em questões de proteções social (por conta de uma crença na ineficiência e atraso que ele representa) e a defesa da liberdade e da autonomia do trabalhador em relação a um patrão ou a um contrato formal de trabalho.

Como se pode ver, estes dois movimentos se completam: frente às críticas dirigidas à intervenção do Estado, o indivíduo acredita que estando sozinho, livre e autônomo conseguirá resolver sua vida de modo mais eficiente e rápido. No entanto, a realidade indica uma situação diferente: o empreendedorismo, implementado a partir da lógica da precarização e da informalidade, converge para um trabalhador desprotegido. Essa falta de proteção social gera grande instabilidade, compromete a vida e se agrava ainda mais em momentos de crise (vide a insegurança que muitos trabalhadores precários passaram durante o período da pandemia da COVID-19).

Outro ponto que merece destaque é a importância que a escola tem para a formação de consensos e de sujeitos compatíveis com as demandas de acumulação do capital. É neste sentido que, a partir dos novos projetos e documentos oficiais da educação, o empreendedorismo vira conteúdo a ser desenvolvido em sala de aula. A contrarreforma neoliberal da educação traz a prática empreendedora para a educação básica no intuito de, desde cedo, formar indivíduos aptos para a instabilidade e a insegurança do atual contexto do mundo do trabalho. Num cenário em que empregos formais são cada vez mais escassos, apontar uma saída para a sobrevivência, ainda que ela passe pela informalidade e pela precarização, é um caminho justificável e compatível com a realidade vigente.

Neste contexto de crise, vale registrar o fato de que o empreendedorismo é um discurso neoliberal apresentado como solução para uma crise que o próprio neoliberalismo criou. O argumento que sustenta o discurso do empreendedorismo ser uma solução para uma série de problemas está ancorado na ideia de inovação, liberdade e modernização. No entanto, o que se observa é que essa inovação não representa tanta novidade, uma vez que retrocede a uma realidade em que não havia direitos nem proteção social para o trabalhador. A liberdade, como já destacado, é mais uma liberdade de mercado para os negócios do que para o próprio indivíduo.

Por fim, vale registrar que esta pesquisa sinalizou para um deslocamento do espírito empreendedor, tanto da classe dominante para a classe dominada quanto do mundo empresarial e dos cursos de administração para a educação básica. Tal deslocamento se dá a partir da precarização e da informalidade, buscando meios de conformar novas subjetividades a este novo cenário social. Neste sentido, não é exagero dizer que o empreendedorismo potencializa a alienação, aprofundando a fetichização da exploração ao ocultar do trabalhador a figura do patrão. Em outras palavras: é um mecanismo que mascara a exploração, estimula o trabalho intenso, oculta as causas sociais da desigualdade e ainda compromete a formação de uma organização social capaz de resistir aos ataques e ameaças do capital sobre o trabalho e os trabalhadores. Por conta disso, enquanto fenômeno crescente que tem se movimentado, o empreendedorismo deve ser identificado como um ponto e uma questão importantes dentro da atual dinâmica de luta de classes e precisa ser estudado e assumido como tal, tanto no plano individual quanto no plano da organização coletiva de associações e sindicatos cuja atuação precisa, com urgência,

considerar a existência de uma nova morfologia do trabalho e da classe trabalhadora em suas estratégias de resistência e defesa de direitos.

Referências

ACCIOLY, I.; LAMOSA, R. de A.. As Competências Socioemocionais na Formação da Juventude: Mecanismos de Coerção e Consenso frente às Transformações no Mundo do Trabalho e os Conflitos Sociais no Brasil. **Vértices (Campos dos Goitacazes)**, v. 23, n. 3, 2021. Disponível em <<https://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15976>>. Acesso em 30 de janeiro de 2023.

ALVES, M. A.; TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum: Educação é a base**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf>. Acesso em 30 de janeiro de 2023.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

CASARA, Rubens Roberto Rebelo. **Contra a miséria neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CATINI, C. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP**. São Paulo. n. 127. out./nov./dez., 2020.

CAVALCANTI, T. M. **Sub-humanos: o capitalismo e a metamorfose da escravidão**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CNE/CEB. **Resolução CNE/CEB no 03**. Altera as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 22 de novembro de 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>>. Acesso em 30 de janeiro de 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERRAZ, J. de M. **Para além da prática empreendedora no capitalismo brasileiro**. São Paulo: Actual, 2021.

FERRAZ, J. de M; FERRAZ, D. L. da S. Do espírito do capitalismo ao espírito empreendedor: a consolidação das ideias acerca da prática empreendedora numa abordagem histórico-materialista. **Cad. EBAPE.BR**, v. 20, n. 1, Rio de Janeiro, Jan./Fev. 2022. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/85313>>. Acesso em 30 de janeiro de 2023.

FRIGOTTO, G. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. **Cadernos de Pesquisa**. n. 47, nov./1983.

FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da Exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 5a ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRIGOTTO, G. Novos fetiches mercantis da pseudo-teoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. In: ANDRADE, Juarez de; PAIVA, Lauriana Gonçalves de (Orgs.). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011.

HAYEK, F. A. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo: Visão, 1983.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: histórica e implicações. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2014.

LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

MAGALHÃES, J. E. P.. Competências Socioemocionais: gênese e incorporação de uma noção na política curricular e no ensino médio. **e-Mosaicos**. v. 10. n. 23. jan./abr., 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857 – 1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital**: o processo de produção do capital. Livro I. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

RAMOS, M. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica? Relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. **Trabalho, Educação e Saúde**. v.1. 2003.

WOOD, E. M. **Democracia contra Capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.